



O MURO QUE CERCA É O MESMO QUE LIBERTA

Adler Homero Fonseca de Castro¹

Resumo:

A proposta do presente texto é trabalhar, utilizando alguns aspectos da metodologia da história comparada, a questão das muralhas urbanas nas cidades gregas e medievais. Estas não seriam apenas uma forma física de garantir a liberdade coletiva e individual dos moradores das cidades, mas teriam também uma função simbólica, ultrapassando seus aspectos meramente utilitários, para compor uma forma de pensar que se prolonga ao longo de séculos. Desta forma, as muralhas, que até podiam não ter uma importância defensiva tão grande em partes do mundo antigo, eram um componente vital na criação de um sentimento de segurança, que por sua vez era indispensável, mas não a condição única, para a manutenção das liberdades e privilégios urbanos, conforme se observa na Grécia clássica e em algumas regiões europeias na Idade Média.

Palavras-chave: Fortificações, História Militar, Idade Média.

Abstract:

This text proposes to discuss some aspects of the existence of city walls in Greek and Mediaeval cities, using some points taken from the comparative history methodology. In this sense, the walls wouldn't be only a physical way of guaranteeing the individual and collective liberty of the city dwellers, but would also have a symbolic purpose, surpassing its merely utilitarian aspects, to become the support of a way of thinking that would endure centuries. City walls, even if did not have a so big defensive relevance in parts of the Ancient World, were a vital component in the creation and nurturing of a feeling of security which, although not being the only condition, was indispensable to

¹Mestre em História Social pela UFF

be maintenance of urban liberties and privileges, as it can be seen in Classical Greece and in some European regions during the Middle ages.

Keywords: Fortifications, Military History, Middle Ages.

Introdução

Marcel Detienne, ao escrever seu livro, *Comparar o incomparável*, dedicou um capítulo à questão das formas de organização democrática de diversos grupos, entre esses os gregos clássicos, os ochollo da Etiópia no século XIX, cossacos dos séculos XV a XVII, chegando aos constituintes franceses de 1789. Nesse texto, ele procurava traçar o que chama de “comparáveis”, os “mecanismos de pensamento”, as “placas de coerência” (DETIENNE, 2004: 57), ou seja, os traços de uma configuração mental que podem ser observados em sociedades aparentemente bem díspares umas das outras. O autor coloca que a comparação por ele defendida não deve procurar “formas que permitiam edificar uma morfologia do território ou da casa” (DETIENNE, 2004: 121 *et seq.*). Detienne, ao trabalhar com as “placas de encadeamento” (DETIENNE, 2004: 58), está preocupado com um tipo de comportamento e não com bens materiais, é um trabalho de um antropólogo que se valeu da história para formular seus argumentos, centrados em rituais ou “modelos”, como o da fundação das cidades gregas (DETIENNE, 2004: 58-59).

Do ponto de vista de uma abordagem metodológica, o procedimento evita um dos riscos do método comparativo, quando este trabalha com sociedades distantes no tempo: o anacronismo², uma questão importante, já que estruturas sociais ou mesmo materiais, ainda que presentes em diversos momentos históricos, nunca guardam relação necessária entre si. Contudo, um estudo comparativo não é impossível de ser feito em termos tradicionais ou seguindo uma abordagem antropológica que dê maior ênfase do que a aspectos tangíveis do patrimônio cultural de uma sociedade. Nesse sentido, consideramos importante trabalhar com um ponto que Detienne menciona em seu trabalho, mas que não desenvolve, preferindo trabalhar com a ágora, o espaço da assembleia: estamos falando das muralhas urbanas gregas e medievais, só que dentro de um aspecto restrito, de seu significado como símbolo de liberdade.

² Para uma discussão sobre esse tópico, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica e econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 413 *et seq.*

Fortificações na pré-história – o surgimento de uma estrutura física e social

De início, esclarecemos que, tal como o espaço da assembleia de Detienne, a presença de muralhas como característica urbana não pode ser tomada como universal ao longo do tempo, mesmo considerando que povoações desde a pré-história tenham tido defesas, como foi o caso de Jericó ou Çatal Höyük³. É evidente que a organização social desses espaços nem sempre teve o mesmo significado – podemos partir do princípio de que os primeiros assentamentos fortificados, que datam do Neolítico, tenham sido esforços comunitários, estabelecidos na busca de segurança coletiva contra ataques de grupos nômades ou de outros agricultores – como as aldeias indígenas do Brasil do período de contato com o Europeu⁴.

Mesmo que estejamos trabalhando com a pré-história, podemos dizer que o caminho “democrático” de construir povoações fortificadas foi seguido inicialmente pela maioria – se não por todas as comunidades –: há uma longa discussão sobre o assunto, baseada em linhas marxistas, que coloca que em uma comunidade fechada e autossuficiente, sem uma divisão de classes, não haveria motivos para a guerra e, desta forma, as muralhas existentes em povoações neolíticas não teriam funções bélicas, mas sim de proteção contra animais selvagens, para retenção de gado ou para delimitação do espaço (NIKOLAIDOU & KOKKINIDOU, 2004: 91). A posição “pacifista” para explicação do surgimento das sociedades está baseada no desenvolvimento da teoria da luta de classes de Marx, no sentido de que em uma sociedade sem classes não haveria também conflitos. Também atende a uma necessidade cultural muito comum, de ver nos povos ditos “primitivos” uma “pureza” de motivos que teria se perdido com a civilização. Daí os aspectos idealizados das culturas primitivas, que seriam “nobres” ou “boas”, de acordo com os filósofos do século XVIII.

Naturalmente, essa visão idílica dos povos primitivos não se sustenta quando analisamos o passado de várias sociedades neolíticas, com a presença de estruturas defensivas – muros ou fossos – sendo comum em toda a Europa, não podendo ser explicada apenas por necessidades pacíficas, ainda mais quando vemos a quantidade de indícios que apontam para a existência de conflitos ao longo de toda a pré-história.

³ Jericó, em Israel, tinha muralhas e uma torre que pode ser caracterizada como de natureza defensiva, datando de 9.000 a.C., enquanto Çatal Höyük é uma povoação neolítica na Turquia, que existiu entre 7.500 a.C. e 5.700 a.C., inscrita na lista do patrimônio da humanidade da UNESCO.

⁴ A obra de Hans Staden tem diversos relatos e imagens desse tipo de comunidade indígena fortificada, ao longo de toda a costa do Brasil conhecido então. (STADEN, 1974).

Certamente, se a guerra já era comum na pré-história, a fixação do homem no solo causada pela agricultura permitiu o surgimento dos primeiros reinos, com uma estratificação social rígida, havendo uma classe dominante e outras subordinadas e isso reflete-se nas fortificações, com o aparecimento da cidadela⁵, do castelo e do palácio fortificado como forma de controle social sobre uma povoação, esta podendo ser fortificada ou não – agora, sem dúvida, com motivos bélicos.

Essa passagem de uma coletividade livre e sem maiores divisões sociais para outra com uma hierarquização já pode ser observada na literatura mais antiga: ao descrever Enkidu, um dos heróis do épico de Gilgamesh, o texto coloca:

Como o jovem se parece com Gilgamesh –
alto em estatura, elevando-se até as ameias sobre a muralha.
Certamente nasceu nas montanhas;
sua força era tão poderosa quanto o meteorito(!) de Anu!
Colocaram comida em sua frente,
colocaram cerveja em sua frente,
Enkidu não sabia nada a respeito de comer pão como alimento,
e sobre beber cerveja ele não tinha sido ensinado.
A meretriz falou a Enkidu, dizendo
“Coma o alimento, Enkidu, é a maneira como uma pessoa vive
Beba a cerveja, pois é o costume da terra.”
Enkidu comeu o alimento até estar saciado,
bebeu a cerveja – sete jarros! – e ficou extrovertido e cantou com alegria!
Ficou exultante e sua face brilhava.
Molhou seu corpo peludo com água,
e esfregou-se com óleo, e tornou-se em um humano.
Colocou algumas roupas e ficou como um guerreiro(!).
Tomou suas armas e caçou os leões, para que os pastores pudessem comer
Dispersou os lobos, e expulsou os leões.
Com Enkidu como seu guarda, os criadores podiam descansar
O homem alerta, um jovem especial, tinha o dobro da altura [de um homem normal] (THE EPIC OF GILGAMESH, s.d. s.p, a tradução é nossa).⁶

A passagem acima tem uma série de indicações sobre a formação das cidades antigas sob os impérios asiáticos: o herói Enkidu era um “bárbaro”, que não conhecia os alimentos produzidos pelos agricultores, o pão e a cerveja, sendo hirsuto e sujo, a ponto de se tornar “humano” e “como um guerreiro” após banhar-se e vestir-se – estava nu antes de ser cooptado pelos pastores, tudo indicando um líder nômade, o inimigo natural dos agricultores. Por sua vez, ao ser “civilizado”, ele assume o papel de “protetor” da comunidade, expulsando as ameaças naturais, lobos e leões, tornando-se em seguida o “guarda” dos pastores, criadores e agricultores. Ou seja, criava-se a divisão entre aqueles que trabalhavam e os que se encarregavam da guerra e da proteção, o

⁵ O termo designa uma fortificação feita dentro de uma cidade murada, servindo de refúgio para os habitantes, como no caso das acrópoles gregas, ou para subjugar as povoações, como nos castelos urbanos medievais, já que o controle da cidadela implicava no domínio da cidade.

⁶ O texto refere-se a Gilgamesh, o rei que construiu as muralhas de Uruk, no século XXVI a.C.

surgimento de uma nobreza. Esta existia em função da exploração do resto da sociedade, com o inevitável controle social sobre o grupo maior, por meio da coerção e se justificava pela proteção fornecida aos trabalhadores.

Podemos dizer que nas culturas que seguiam esse conceito, a maioria das que existiram na Antiguidade, a organização das cidades e, mais tarde, dos impérios, dependia do poder de uma autoridade central. Parece evidente que havia uma relação quase necessária entre o surgimento de uma classe dominante e a questão da defesa: a construção de muralhas urbanas era um projeto muito caro e para fazê-las era necessário um comprometimento muito elevado da comunidade, difícil de ser obtido de forma consensual, sem uma organização central, seja ela uma monarquia ou oligarquia, dirigindo os trabalhos como parte de um projeto definido. Por sua vez, a presença de boas muralhas urbanas garantiria a própria existência da comunidade, pelo menos enquanto não tivesse que enfrentar um inimigo mais poderoso ou melhor organizado. Só que se a relação entre nobreza, com seu controle sobre os recursos, e a construção de uma muralha era um ponto importante, a relação não era obrigatória, havendo exceções, que são objeto do presente trabalho.

A cidade grega

Considerando a dificuldade de construção de defesas urbanas, o ponto trabalhado por Detienne ao falar da formação do espaço das cidades gregas com sua *ágora*, o espaço da assembleia, mostra uma exceção no sistema de formação de cidades fortificadas: apesar de em uma democracia ser difícil coordenar qualquer trabalho em conjunto, as cidades gregas mantiveram sua forma de organização social, democrática, garantindo-a com suas tropas de *hoplitas*⁷ e muralhas urbanas.

Para nós, parece evidente que a situação militar dos gregos e sua organização democrática estão indissolúvelmente associadas, mas essa era uma situação incomum e teve seus reflexos sociais e bélicos – no caso deles, as cidades podiam montar forças de combatentes, na verdade fazendeiros, comerciantes e outras pessoas que hoje seriam consideradas como pertencendo a “classe média”, bem equipados e acostumados a atuar em grupo, de forma homogênea, como infantaria de choque (pesada).

⁷ Soldados de infantaria pesada armados com um *hoplon*, o escudo redondo e pesado, forrado de bronze, usado pelos soldados pesados, que também tinham armaduras completas, compostas de elmo, peitoral, espaldar e grevas, usando como arma uma lança e uma espada. A infantaria leve, os *peltastas*, recebia esse nome pelo *pelta*, o escudo leve, usualmente semilunar. Normalmente não usava nenhuma armadura e era equipada com dardos de arremesso (WARRY, 1980: 35 e 46).

Nos impérios do Oriente, a força militar era mais complexa, centrada em uma nobreza, de números proporcionalmente reduzidos e atuando como cavalaria ou tropas de carros de combate (bigas), acompanhados de forças de infantaria, a maior parte desta sendo composta de infantes ligeiros (leves), camponeses, força que era reunida apenas para o serviço militar, ou seja, sem o treinamento e coesão necessários para o combate contra uma infantaria do tipo grega. Contudo, deve-se ter em mente que a composição dos exércitos do Oriente era muito mais balanceada do que a grega, tendo, além das tropas de choque de cavalaria e infantaria, forças equipadas com armas de arremesso e uma cavalaria ligeira, para reconhecimento. De qualquer forma, essas forças assumiam um papel secundário face às da nobreza e não tinham a coesão e motivação dos cidadãos livres gregos.

Havia, portanto, uma forte diferença cultural, com seus reflexos militares – um desses no campo da construção das cidades. Por exemplo, a escolha dos gregos e, posteriormente, dos romanos, de deixar um amplo espaço aberto em suas cidades, a ágora ou fórum, informa-nos um dado importante sobre a forma de pensar dos gregos: do ponto de vista militar, a presença de espaços abertos em uma cidade não era desejável, já que facilitava a movimentação de tropas inimigas, enquanto o labirinto de ruas estreitas e sinuosas, que era normal na época, era vantajoso para a defesa: essas vias podiam ser bloqueadas mais facilmente, ao mesmo tempo em que os moradores, conhecedores da sua cidade, podiam se valer do labirinto para contornarem, cercarem e isolar um invasor. Daí que o Poliocértica, o tratado sobre a defesa de cidades escrito na Grécia no século IV a.C., especifique que:

É preferível bloquear os espaços abertos da cidade que não tenham utilidade, para evitar que seja necessário destinar tropas a eles, cavando cortaduras⁸ e deixando-os tão inacessíveis como seja possível para quem queira provocar um levante e ocupar com antecedência tais posições (ENEAS EL TÁCTICO, 1991: 71).

Assim, a colocação de Detienne, de que a formação do espaço urbano grego se dá com base no espaço aberto da assembleia, a ágora, adquire um sentido mais forte: a cidade não era vista como um bem meramente utilitário – considerações de defesa ou não, certamente não era uma “máquina de morar”⁹ feita pensando apenas em fins utilitários e

⁸ No original, fossos, no contexto, trata-se de uma escavação destinada a interromper uma via de acesso, uma cortadura, em termos de engenharia militar.

⁹ Segundo Le Corbusier, a casa deveria ser uma “máquina de morar”, ou seja, uma edificação cuja forma deveria seguir a função, sendo construída de forma inteiramente racional (OPEN LEARN. *Le Corbusier*).

de eficiência. Era sim um local cercado de simbolismos, não plenamente racionais, mas que refletem a organização social da Grécia do período, ao mesmo tempo em que permitia e levava a essa organização. Dava abrigo e, principalmente, um sentimento de segurança aos habitantes, os que viviam nela – esses passavam a ser cidadãos, no seu sentido mais estrito, não apenas por viverem na cidade, mas também por terem os direitos da cidadania, garantidos pela segurança das muralhas urbanas e pela força de seus moradores armados.

A questão da cidadania é bem visível em um dos poucos textos literários que tratam especificamente da questão da defesa das cidades na Antiguidade, o já citado Poliocértica¹⁰, de Enéas, o Tático. Ao contrário de outras obras, como a de Vitruvius ou Vegécio (VEGETIUS, 1991), que se dedicam a aspectos práticos da construção da cidade murada ou a procedimentos técnicos de defesa de fortificações, o Poliocértica não trata de construção de fortificações e, apesar de dedicar longas passagens a assuntos técnicos da defesa, vai bem mais além disso, sendo mais um manual de comportamento para os líderes e cidadãos em uma situação de cerco. Dessa forma, a obra é dividida nas seguintes partes:

- 1ª – colocação da cidade em pé de guerra;
- 2ª – preparação do território para o conflito;
- 3ª – organização da cidade para a resistência;
- 4ª – medidas de proteção da cidade quando do ataque inimigo.

O livro ainda teria uma quinta parte, sobre o papel da marinha nos assédios, mas essa não foi incorporada no manuscrito que sobreviveu, o livro terminando de forma abrupta. No sentido que falamos acima, de um manual de comportamento, o texto começa tratando da formação das tropas de defesa, falando sobre a segurança interna da cidade:

(...) é preciso selecionar para esses empreendimentos os homens mais prudentes e de maior experiência na arte da guerra, para que estejam ao lado dos magistrados. (...) É necessário que sejam leais e estejam satisfeitos com o regime vigente; de fato, as pessoas com esta disposição têm um grande poder para sufocar as conspirações do partido rival, a maneira de uma *ciudadela*, pois podem causar temor na oposição interna da cidade (ENEAS EL TÁCTICO, 1991: 67 - A tradução e o grifo são nossos).

¹⁰ Esse texto, que chegou aos nossos dias através de apenas um manuscrito, já perdido, mas preservado através de quatro cópias, feitas entre os anos de 1510 e 1549, a última tendo sido a base da edição considerada como a mais confiável, a feita por Causabon em 1609, a tradução que usaremos no presente trabalho é espanhola, com base na edição de Causabon. A autoria do livro é atribuída a Enéas o Tático com base a referências bibliográficas e a passagens do próprio texto. Contudo, tal atribuição não pode ser considerada como totalmente segura. Da mesma forma, a datação do texto foi feita de forma indireta, com base nas citações do próprio texto, mas pode ser atribuída aos anos que vão de 360 a 346 a.C. (ENEAS EL TÁCTICO, 1991. 19 *et seqs*).

Apontamos como relevante a menção a cidadela. A maior parte das cidades gregas tinha uma cidadela física, na forma da acrópole, o que seria um risco duplo, pois sua função de ser o ponto final da resistência urbana podia facilmente ser suplantada pelo papel de ponto de controle da cidade por um estado ou classe opressora, como ocorreria na Idade Média e no Renascimento. Para Enéas, a verdadeira “cidadela”, a última – e verdadeira – defesa da cidade seria sua força de cidadãos soldados.

Mais adiante, ainda no capítulo II, o autor repete o que Tucídides (THUCYDIDES, 1952: 387) escreveu como exemplo da necessidade de controle dos espaços abertos de uma cidade, no caso, Plateia, em 431 a.C.:

Os habitantes de Plateia, depois de haverem percebido uma noite que os Tebanos estavam dentro da cidade, ao observar que não eram numerosos e que unicamente empreendiam ações urgentes, porque acreditavam que, sem dúvida, eram senhores da cidade, consideraram que, se fossem atacados, os venceriam com facilidade. Desta forma, imediatamente prepararam o seguinte plano. Enquanto uma parte dos magistrados discutia na ágora os termos de um acordo com os tebanos, outros ordenavam em segredo aos cidadãos que não saíssem de suas casas sozinhos ou aos pares, mas sim que passando pelas divisórias das casas¹¹, se reunissem sem que o inimigo soubesse. E, quando um bom número estava organizado para o combate, obstruíram com carroças sem animais de tiro as ruas e passagens e, agrupados após um dado sinal, atacaram os tebanos. Ao mesmo tempo, as mulheres e os escravos ficaram nos telhados; desta forma, quando os tebanos quiseram atacar e defender-se na escuridão, receberam um dano não menor das carroças que dos atacantes. De fato, fugiam sem saber salvar-se, por causa das barricadas feitas com carroças, ao mesmo tempo em que seus perseguidores, perfeitamente conhecedores do terreno, não tardaram a aniquilar muitos deles (ENEAS EL TÁCTICO, 1991: 72).

Nessa passagem, Enéas mostra que os moradores da cidade – inclusive mulheres e escravos –, longe de assistirem passivos ao desfecho de um golpe de estado¹² engendrado por um inimigo externo, conseguiram por si expulsar o inimigo, usando para isso seu melhor conhecimento da cidade. Também é digno de nota o reforço que é feito ao dito anteriormente, sobre a necessidade de bloqueio de passagens e espaços abertos, pois uma necessidade da defesa era tornar a área defendida o mais inacessível possível, para o que o local da assembleia era negativo, tornando a defesa da cidade mais complicada do que o necessário.

¹¹ *Medianiles* no original, o que seria traduzido como sarjeta ou esgotos. Na obra de Tucídides aparece “paredes divisórias das casas”, o que nos parece mais provável. (THUCYDIDES, 1952: 387).

¹² Segundo Tucídides, as portas da cidade tinham sido abertas aos tebanos por um traidor, desejoso de eliminar a oposição interna na cidade. (THUCYDIDES, 1952: 387).

Guerra e sociedade

A aceitação de um problema específico de organização militar do espaço, a ágora, tendo em vista imposições culturais, era uma característica do sistema social grego, em que a força militar, como dito acima, era formada por cidadãos, pequenos proprietários e comerciantes que se equipavam a seu custo, para combater como infantaria pesada. Isso condicionou toda uma forma de fazer a guerra e de organização social: não havia uma nobreza de caráter militar, melhor equipada que o cidadão comum, como ocorria nos impérios do Oriente, onde a posse de cavalos, carros de guerra ou armaduras mais eficientes criavam uma classe distinta, o combatente, bem diferente do homem comum, que só podia se equipar com um escudo simples e uma lança. Ou seja, o camponês era apenas um infante ligeiro, incapaz de resistir à opressão dos nobres, militarmente mais capazes do que ele, ainda mais considerando que não podiam contar com a proteção de muralhas urbanas, pois as cidades eram controladas pelos governos centralizados.

A tropa de hoplitas, sendo composta de pessoas, em sua maior parte, de um mesmo estrato social, sem maiores diferenças em equipamento ou forma de combater, na Grécia, implicava na necessidade de uma organização mais democrática das cidades-estado, já que não importava a riqueza e propriedades de um morador da cidade: ele seria apenas mais um componente da falange, não diferindo essencialmente dos outros. Por outro lado, como dito antes, isso não resultava em um sistema militar balanceado, pois a força não tinha uma composição de “armas combinadas” – os infantes ligeiros, presentes nas formações de combate gregas, eram tratados como secundários, apesar dos disparos de armas de arremesso, como fundas, dardos ou flechas poderem desestabilizar uma falange adversária.

O sistema também resultava que não houvesse cavalaria pesada para choque ou ligeira para reconhecimento e perseguição – daí que os combates entre cidades gregas normalmente não eram decisivos, pois soldados derrotados, livrando-se de seus escudos, armaduras e armas, podiam fugir mais rapidamente do que hoplitas completamente equipados podiam perseguir¹³.

Do ponto de vista do presente trabalho, outra consequência do sistema baseado nos hoplitas era relativo às fortificações. Como Enéas o Tático coloca, a verdadeira cidadela

¹³ Dai o ditado espartano que era dito pelas mães a seus filhos guerreiros: “volte com seu escudo ou sobre ele”, indicativo de que um guerreiro não poderia fugir, isto é, descartar seu hoplon: ou voltaria com ele ou voltaria morto, trazido sobre o escudo.

de uma cidade eram seus hoplitas, de forma que os gregos não se caracterizavam pela construção de fortificações de excepcional qualidade – a democracia era garantida pelos escudos dos cidadãos e não pelas muralhas urbanas: a perda do exército em campo implicava, normalmente, na perda da cidade, como é bem ilustrado no caso de Téspia, que trataremos a seguir.

Muito pouco falado na historiografia e na “mitologia” militar, os tespianos compunham metade dos 1.400 gregos que ficaram nas Termópilas (480 a.C.), para retardar o avanço persa – os famosos “trezentos” eram a força minoritária (os outros quatrocentos eram tebanos), mas que foi imortalizada pela perda de um dos dois reis de Esparta, Leônidas. No caso, a morte dos setecentos tespianos foi desastrosa para sua cidade: estes eram, ao que tudo indica, toda a força de hoplitas disponível para a pequena urbe, que ficou à mercê dos persas, a população sobrevivente sendo evacuada para o Peloponeso (HANSON, 2004 p. 210). Depois da derrota dos persas, a cidade foi reocupada e a população de hoplitas foi recomposta ao longo dos anos, até que o exército da cidade sofreu outra catástrofe: a batalha de Delion (424 a.C.), onde os Tespianos foram novamente massacrados, perdendo cerca de trezentos hoplitas, de uma força de 600-700 tespianos presentes no combate, ou um terço dos cerca de mil hoplitas disponíveis para a cidade (HANSON, 2004 p. 211). As consequências foram imediatas: sem uma força para a defesa de Téspia, a cidade ficou à mercê dos tebanos – seus aliados na batalha de Delion – e as muralhas da cidade foram destruídas. Como escreve Tucídides:

No mesmo verão, os tebanos desmantelaram a muralha dos tespianos, acusando-os de aticismo¹⁴, sempre tendo desejado fazê-lo, e agora achando isso uma empresa fácil, já que a flor da juventude tespiana tinha perecido na batalha com os atenienses. (THUCYDIDES, 1952: 480-481).

A partir dessa forma de pensar democrática, que dava toda a ênfase ao exército de hoplitas, em detrimento de uma força militar mais balanceada e a uma proteção mais efetiva, podemos entender a eficiência da “revolução militar” que ocorreu na Grécia do século IV. O crescente número de autocratas governando cidades permitia um uso mais eficiente dos recursos militares, como foi o caso das reformas de Ipicrates, que passou a dar maior ênfase ao papel dos peltastas ou o uso cada vez mais comum de mercenários para complementar as forças de hoplitas (WARRY, 1980: 66-67).

¹⁴ Serem partidários de Atenas.

A mudança no sistema bélico – Alexandre o Grande

A grande reforma do período, contudo, não viria da área clássica da Grécia, mas sim com Alexandre o Grande. Este, originário de uma área, a Macedônia, afastada dos centros tradicionais da cultura grega, não sofria as mesmas restrições sociais e culturais impostas pelo sistema militar dos gregos, de forma que pode criar um exército cuja base ainda era a falange de hoplitas, mas muito mais balanceada, tendo uma força de infantaria ligeira e um forte contingente de cavalaria: o nome do pai de Alexandre, Filipe (Philippos), significa “amante de cavalos”, enquanto o retrato mais conhecido de Alexandre o mostra como um líder de tropa de cavalaria e não como um estrategista grego, comandando suas forças da primeira linha da falange.



Figura 1 – Mosaico de Alexandre, datando de cerca de 100 a.C. Encontrado na Casa do Fauno, em Pompei. Retrata a batalha de Issus (333 a.C.) entre as forças de Alexandre o Grande e Dario III da Pérsia. Alexandre aparece à esquerda, montando seu cavalo, Bucéfalo, e usando sua armadura, com a cabeça de Medusa no peitoral. Dario é retratado na direita, em um carro de batalha, fugindo de Alexandre (WIKIPEDIA – Alexander Mosaic).

A criação de grandes impérios no Ocidente – os de Alexandre e de seus sucessores e, depois, dos romanos –, resultou em uma mudança na forma de ver as muralhas como símbolos da democracia, da mesma forma que se pode dizer isso com relação às ágoras e fóruns, os locais de assembleia. Esses locais não eram mais o ponto de reunião da população local para debater e decidir seus destinos, mas sim o ponto onde o administrador indicado pelo poder central passava suas determinações para os moradores. É claro que as muralhas – e as praças – não perderam totalmente suas funções. A massa descontente com seus administradores ainda precisava de um local

para se reunir, mesmo que isso não fosse legal. Por sua vez, as muralhas ainda serviam de segurança, para que qualquer descontentamento maior, que levasse a uma revolta contra o poder central, tivesse uma chance de resistir às forças do governo central, como se observa no caso do cerco à Jerusalém no ano 70. Na obra de Flavius Josephus observam-se bem esses Três aspectos, o da assembleia, o do controle pelo estado externo e o da fortificação. Ao narrar a determinação do imperador, de colocar uma estátua sua no templo de Jerusalém:

(...) os judeus se reuniram em grandes números com suas esposas e mulheres naquela grande planície que era próxima a Ptolemais, e suplicaram a Petronius, primeiro por suas leis, e, em seguida, por eles mesmos. Então ele se impôs sobre a multidão de suplicantes ignorando suas súplicas, e deixou seu exército e suas estátuas em Ptolemais, e então prosseguiu para a Galileia e convocou a multidão e todos os notáveis de Tiberias e lhes mostrou o poder dos romanos e as ameaças de César; e, além disso, provou que sua petição não era razoável, porque enquanto todas as nações sujeitas a eles tinham colocado as imagens de César em suas várias cidades ao lado de seus deuses, para só eles se oporem a isso, era quase como o comportamento de revoltosos e era ofensivo a César (JOSEPHUS).

Apesar da petição da população reunida em assembleia, o governador romano insistiu na colocação da estátua do imperador, sendo esta uma das causas alegadas para o início da rebelião dos judeus em 66 d.C., que duraria até o ano 70. O ato final foi o cerco e a tomada de Jerusalém, que teve suas muralhas derrubadas, a não ser um trecho, que foi mantido como cidadela. De qualquer forma, a rebelião e o assédio só se prolongaram por causa das complexas defesas de Jerusalém

O retorno da cidade murada – a queda do Império Romano

Na Europa, com a consolidação do poder de Roma – a *Pax Romana* –, várias cidades foram construídas sem defesas, pois a lógica de proteção e de garantia de liberdades cívicas não se aplicava naquele contexto. Só que esse período de paz, aliado a um sistema de controle social e militar do território e das fronteiras, acabou relativamente rápido. Ameaçado por invasões “bárbaras”, as cidades do império recomeçaram o processo de construção ou reconstrução das muralhas urbanas – na própria Roma, as muralhas de Servílio, do século IV a.C., foram suplementadas pelas muralhas de Aureliano, construídas depois das invasões dos Juthungi e Vândalos, em 270. Significativamente, Totila, o rei dos Ostrogodos, arrasou partes das muralhas em 545, para impedir que os bizantinos defendessem a cidade, garantindo que a mesma ficaria a mercê de quem controlasse o maior exército operando na área.

Do ponto de vista da História Comparada, é importante apontar que, apesar do espírito da assembleia das cidades gregas não mais existir, o outro elemento que garantia a independência e autonomia das cidades ressurgiu nessas muralhas urbanas, à medida que o poder do governo central foi diminuindo. Assim é que Santiago Castellanos faz uma associação entre a segurança das cidades, garantida pelos bispos e muralhas, ante a ameaça dos hunos, em 451 d.C. (CASTELLANOS, 1998: 167-174). Nesse caso, podemos perceber a placa de coerência, de Detienne, não por causa da construção de um bem material, mas sim por a estrutura física da muralha permitir o ressurgimento de um valor cultural que tinha existido na Grécia antiga, ainda que transformado e modificado pelos tempos.

Os privilégios urbanos

Um aspecto importante e que de certa forma passa despercebido em histórias militares da Idade Média é a importância da cidade: há dezenas de livros que tratam dos castelos medievais e do impacto desses na cultura. Na França, por exemplo, a palavra palácio é a mesma usada para castelo (*chateau*), demonstrando a força que a construção teve sobre a cultura e a história daquele país. Contudo, isso não leva em conta que os castelos são estruturas relativamente tardias, resultado do processo de enfeudalização: surgem no século X, espalhando-se rapidamente por toda a Europa, mas isso não quer dizer que as fortificações não existissem no espaço de tempo transcorrido desde a decadência do Império Romano e durante a consolidação do sistema feudal: as cidades de certo porte eram fortificadas e, através dessas defesas, podiam até contestar o sistema de domínio dos governos centrais. Exemplos disso, bem próximos de nossa cultura, são os famosos “privilégios” de Lisboa ou do Porto, que eram tão cobiçados pelos moradores do Brasil Colonial. No caso do Porto “cercado por uma grossa, sólida, e elevada muralha de cantaria de quase três mil passos [5 km] de extensão, com trinta pés de altura [10 m]” (SORIANO, 1846: 446), os privilégios da cidade eram, entre outros, os seguintes:

Nas antigas cortes tinha a cidade do Porto assento no primeiro banco, e dos antigos reis deste reino recebeu ela muitas, e distintas mercês, para os seus moradores, dando-se-lhes os mesmos privilégios, isenções, graças, preeminências, e liberdades dos infanções¹⁵, e dos cidadãos de Lisboa, podendo como eles trajar galas de seda com prata, e ouro, usar d’armas (...). Uma das curiosas medidas, determinada em tempo antigo para a cidade do Porto, é sem dúvida, aquela pela qual el-Rei D. Diniz [1279-1325] ordenou, que da mesma cidade fossem expulsos todos os fidalgos, que se não aplicassem ao giro do comércio, julgando-o como incompatível com a sua nobreza, e nascimento. Esta mesma medida foi confirmada igualmente por D.

¹⁵ Antigo título de nobreza, inferior ao de rico-homem, este sendo equivalente ao de cavaleiro na França.

Afonso V [1438-1481], quando declarou que nenhuma pessoa poderosa, que fosse àquela cidade, se pudesse nela demorar mais de três dias, sob a pena de ser lançada fora por justiça (SORIANO, 1846: 447-448).

É evidente que uma cidade sem a presença de nobres não podia ser controlada por eles. Esses privilégios, estabelecidos e garantidos pelos monarcas, dando liberdades e direitos às cidades, tinham sido obtidos não só pela importância econômica dos centros urbanos, mas também porque sua população podia, de fato, fazer frente a uma ameaça de opressão do governo central e dos nobres – e, deve-se frisar, eram privilégios defendidos e almejados com vigor pelos moradores de cidades e povoados. Na Inglaterra, o direito de construir e manter muralhas eram inerentes das povoações livres, elas podendo levantar taxas, chamadas de *murage*, para pagar pela construção e manutenção de muros, portões e torres (COULSON, 1993: 10), enquanto o “direito de ameiar”, o de construir ameias (isto é, muros), era procurado até por vilas e povoações pequenas, pois dessa forma, além de se protegerem de um ataque, podiam ter certa autonomia, que de outra forma não teriam. Assim é que comunidades constantemente peticionavam por esse direito aos monarcas – mesmo aquelas que não tinham condições de manter muralhas urbanas, pediam a autorização para fortificar uma casa ou uma igreja, como foi o caso de Chitry, uma comunidade de trinta e nove fogos, ou seja, umas duzentas pessoas em 1374, mas que recebeu do rei a autorização de fortificar sua igreja, como forma de defesa contra as razias dos ingleses, tendo para isso o direito de fazer assembleias sem a intervenção dos senhores locais, para organizar a fortificação do templo (WRIGHT, 91: 5).

O ar da cidade liberta

A associação entre o sentimento de liberdade e sua procura é evidente nas fontes documentais, iconográficas e literárias, começando com o muito citado ditado alemão *Stadtluft macht frei* (o ar da cidade liberta), também conhecido como *Stadtluft macht frei nach Jahr und Tag* (o ar da cidade liberta depois de um ano e um dia), que definia o direito dos servos que conseguiam escapar para uma cidade, de ficarem livres de suas obrigações após um ano e um dia. Ou seja, as cidades tinham o privilégio de ficarem isentos da aplicação da lei senhorial.

A ligação entre a liberdade nas cidades, garantida pelas muralhas e pela ação dos burgueses (no seu sentido explícito, de moradores dos burgos) pode ser exemplificada com o cerco de Toulouse entre 1217 e 1218, durante a Cruzada Albigense. Os cruzados,

para atacar a cidade, tinham trazido um “gato”, uma estrutura móvel, protegida, para se aproximar das muralhas, mas os defensores construíram um trabuco, que danificou o gato, destruído depois em uma surtida dos defensores. Durante esse combate, o líder dos cruzados foi morto por uma pedra de um trabuco, operado pelas “senhoras, garotas e mulheres” da cidade, e o cerco foi levantado, tudo isso sendo narrado na Canção da Guerra dos Cátaros, onde o autor faz um jogo de palavras, narrando o combate quase em termos sexuais.

De qualquer, forma, deve-se frisar que em Toulouse, não era um caso do moradores se envolvendo em combate para a defesa dos interesses de um senhor feudal, mas o de proteção de seus próprios direitos. O que interessa aqui é que a fonte literária preferiu preservar o mito de que toda a população da cidade – inclusive as mulheres – participou na defesa dos interesses comunitários.



Figura 2 – trabuco de tração

Usado pelos defensores do cerco de Toulouse durante a guerra cruzada Albigense. No caso, o autor quis deixar claro o evento registrado nas crônicas, de que foi uma arma deste tipo, operada por mulheres, que resultou na morte do líder inimigo. Do nosso ponto de vista, o interessante é a participação de toda a comunidade, inclusive as mulheres na operação de resistência, para manter sua cidade livre.

Essa forma de agir dos moradores dos burgos também é vista nos registros literários, como as crônicas de Froissart, que narram os eventos da guerra dos Cem Anos. Por exemplo, ao falar do cerco do Caen, ele narra como os moradores se envolveram na defesa: “Aqueles da cidade entraram em suas casas e jogaram nas ruas pedras e ferro, e mataram e feriram mais de quinhentos ingleses, com o que o Rei [inglês] ficou muito desagradado” (FROISSART). Apesar da resistência dos moradores de Caen não ter sido bem sucedida, a passagem lembra em muito o que os habitantes de Plateia, mencionados por Enéas o Tático, tinham feito na sua defesa contra os tebanos, deixando

evidente mais uma vez que a questão da defesa não residia tanto nas muralhas, nem no líder militar ou sequer em uma força armada “moderna” – na época, a cavalaria feudal. O que valia, no caso da defesa dos interesses urbanos, era a muralha da cidade e, principalmente, o papel dos moradores em sua defesa. Isso seria provado de forma bem clara, fora de uma cidade, quando um exército de burgueses flamengos, depois de expulsar os nobres de Bruges, derrotou a cavalaria feudal na batalha de Courtrai (1302), em um combate que, significativamente, é conhecido como batalha das esporas de ouro, tendo em vista o número de cavaleiros que foram mortos pela infantaria miliciana da cidade.

Conclusão

Apesar dos argumentos desenvolvidos no texto acima, devemos ter cautela para não desenvolver uma noção idealizada do significado das muralhas ou da assembleia como sendo algo próximo do que entendemos por “democracia”. Não era o caso na Grécia, assim como não era nas cidades da Idade Média. Havia divisões de classe e controle social de vários grupos por oligarquias ou até autocracias, como citado por Enéas o Tático, ao falar de formas de controle de dissensões internas, como uma parte fundamental da atividade militar durante o período em que uma cidade estava ameaçada militarmente – na verdade, o autor dedica um capítulo inteiro, o XI, à questão de “conspirações” (ENEAS EL TÁCTICO, 1991: 105 e 102), tratando, entre outros problemas, de complôs de ricos contra pobres e vice-versa.

Na Idade Média, as cidades “livres” também eram controladas pelos “burgueses” – aqui em seu duplo sentido, o de moradores do burgo e daqueles que detinham o controle dos meios de produção e, portanto, os recursos econômicos da povoação. Como na Grécia antiga, havia também as cidades que eram controladas por autocratas, como as cidades sob domínio de membros do clero, o caso mais famoso sendo dois dos três arcebispados que detinham assentos no colégio eleitoral do Império Alemão, os de Mainz, Trier – o terceiro Arcebispado, o de Colônia, era uma *freie Reichsstadt (urbs imperialis libera)*, uma cidade Imperial livre, autônoma, independente do poder eclesiástico. Cidades livres, como Ulm, Nuremberg e Hamburg, podiam possuir um considerável território extramuros próprio, com várias povoações e milhares de habitantes sob seu controle¹⁶.

¹⁶ Apesar de ser fora do recorte cronológico do presente trabalho, o caso de Ratisbona é emblemático: após a Reforma, a cidade ficou com os protestantes. O seu governante, contudo, era um bispo católico, mostrando claramente os limites da autoridade eclesiástica em alguns casos. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, verbete Imperial Cities, 1963, volume 12: 120).

Contudo, o elemento presente nas cidades livres era a capacidade de defender sua independência – nenhuma cidade ou povoação que fosse incapaz de resistir à pressão militar, seja de um vizinho, fosse esse uma cidade-estado ou império opressor ou mesmo um senhor feudal, seria capaz de manter sua independência – daí que o número de cidades livres no Sacro Império diminuísse com o tempo¹⁷ e não tivesse perdurado em muitos países, como em Portugal, onde cidades como Lisboa e Porto tinham “privilégios” (no seu sentido mais estrito, vindo do latim, *privi e legis*, “lei privada”, aplicada somente a elas), mas ainda assim eram sujeitas ao rei.

Um dos elementos necessários para essa independência, no contexto da época, eram as muralhas urbanas, pois uma cidade aberta era impotente para resistir, como os casos de Téspia e Roma mostram claramente – a destruição dos muros foi um passo decisivo para garantir que não teriam mais autonomia. Por outro lado, o elemento presente nas cidades gregas, a assembleia, também era necessário e indispensável, mesmo que não aparecesse na forma da ágora, fórum ou mesmo de uma assembleia formal: a garantia real da independência das cidades era sua população que, armada, conseguiria resistir a opressão. Nesse sentido, a participação da maioria era vital, pois sem esse consenso, ainda que atingido de forma não organizada, a defesa não seria possível.

Em termos de uma análise comparada da literatura, é importante apontar que esse tipo de consenso não é enfatizado. De fato, ao redigirmos o presente trabalho, tivemos uma imensa dificuldade em localizar textos que falassem da resistência de cidades, pois os documentos normalmente se dedicam ao papel dos “grandes homens”, que seriam decisivos nos acontecimentos históricos, enquanto a massa, que realmente foi importante para o desfecho de muitas batalhas e cercos, é sublimada e ignorada. Contudo, os aspectos simbólicos da construção física e da participação popular foram uma constante ao longo da história, até o momento em que os estados centralizados obtiveram o monopólio da violência organizada, impedindo que esse tipo de resistência fosse efetiva. Curiosamente, esse foi um processo que se concluiu bem tarde, algumas das cidades livres alemães mantendo uma autonomia parcial até a ascensão de Hitler –

¹⁷ Em 1422 havia 75 cidades livres na Alemanha. Em 1792 eram apenas 51: Colônia, Aachen, Lübeck, Worms, Speyer, Frankfurt-am-Main, Goslar, Bremen, Hamburgo, Mülhausen, Nordhausen, Dortmund, Friedberg, Wetzlar, Regensburg, Augsburg, Nuremberg, Ulm, Eslingen, Reutlingen, Nördlingen, Rothenburg-ob-der-Tabuer, Schwäbisch-Hall, Rottweil, Uberlingen, Heilbronn, Schwäbisch-Gemünd, Memmingen, Lindau, Dinkelsbühl, Biberach, Ravensburg, Schweinfurt, Kempten, Windsheim, Kaufbeuren, Weil, Wangen, Isny, Pfullendorf, Offenburg, Leutkirch, Wimpfen, Weissenburg-im-Nordgau, Giengen, Gengenbach, Zell-am-Hammersbach, Buchhorn, Aalen e Bopfingen. (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, verbete Imperial Cities, 1963, volume 12: 120).

era o momento em que o Estado Totalitário passava a controlar todos os aspectos da vida, não deixando mais espaço para a manifestação coletiva de uma cidade para que esta mantivesse sua independência. O tempo dos privilégios, de uma lei privada, para as cidades tinha acabado.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARMAN, John & HARDING, Anthony. *Ancient Warfare: archaeological perspectives*. Phoenix Mill: Sutton, 2004.

CASTELLANOS, Santiago. Obispos y murallas. Patrocinio episcopal y defensa urbana en el contexto de las campañas de Atila en las Galias (a. 451 d.C.). *Iberia*, 1, 1998.

COULSON, Charles. Specimens of freedom to crenellate by licence. IN: *FORTRESS: The castles and fortification Quarterly*. Nr. 18, august 1993.

CROIX, Horst de la. *Military Consideration in city planning: fortifications*. New York: George Braziller, 1972.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Aparecida: Idéias e Letras, 2004.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Chicago: University of Chicago, 1963. verbete Imperial Cities, volume 12.

ENEAS EL TÁCTICO. *Poliocértica: La Estrategia Militar Griega en el Siglo IV a.C.* Madrid: Ministerio de Defensa, 1991.

FERRIL, Arther. *The Origins of War: from the stone age to Alexander the Great*. Boulder: Wesview, 1997.

FROISSART, Jean. *The Chronicles of Froissart*. <http://www.fordham.edu/halsall/basis/froissart-full.asp>.

HANSON, Victor Davis. Hoplite Obliteration: the case of the town of Thespias. IN: CARMAN, John & HARDING, Anthony. *Ancient Warfare: archaeological perspectives*. Phoenix Mill: Sutton, 2004.

HINDLEY, Geoffrey. *Medieval Siege & Siegecraft*. Barnsley: Pen & Sword, 2009.

JOSEPHUS, Flavius. *The Wars of the Jews or History of the Destruction of Jerusalem*. <http://www.josephus.org/FlJosephus2/warChronology7Fall.html> (acesso em julho de 2013).

MERCER, R.J. The Origins of Warfare in the British Isles. IN: CARMAN, John & HARDING, Anthony. *Ancient Warfare: archaeological perspectives*. Phoenix Mill: Sutton, 2004.

NIKOLAIDOU, Marianna & KOKKINIDOU, Dimitra. Neolithic enclosures in Greek Macedoni: violent and non-violent aspects of territorial demarcation. IN: CARMAN, John & HARDING, Anthony. *Ancient Warfare: archaeological perspectives*. Phoenix Mill: Sutton, 2004.

OPEN LEARN. *Le Corbusier*. <http://www.open.edu/openlearn/history-the-arts/history/-heritage/le-corbusier> (acesso em julho de 2013).

SORIANO, Simão José da Luz. *História do cerco do Porto precedida de uma extensa notícia sobre as diferentes fases políticas da monarquia desde os mais antigos tempos até ao ano de 1820, e desde este mesmo ano até ao começo do sobredito cerco*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: EDUSP, 1974.

THE EPIC OF GILGAMESH. <http://www.ancienttexts.org/library/mesopotamian/-gilgamesh/tab2.htm>. (acesso em julho de 2013).

THUCYDIDES. *The history of the Peloponnesian War*. Chicago: The University of Chicago, 1952.

VEGETIUS. *Epitome of military Science*. Liverpool: Liverpool University Press, 1993.

VITRUVIUS. *The ten Books on Architecture*. London: Oxford University Press, 1914. Versão digital do projeto Guttenberg: http://www.gutenberg.org/files/20239/20239-h/29239-h.htm#Page_17. (Acesso em julho de 2013).

WARRY, John; *Warfare in the Classical World : na illustrated encyclopedia of weapons, warriors and warfare in the ancient civilisations of Greece and Rome*. London: Salamander, 1980.

WRIGHT, Nicholas A.R. The fortified church at Chitry. *FORT: the international journal of fortification and military architecture*.